

Mídia e representação da Violência: Análise quantitativa de notícias de agressões homofóbicas nas mídias hegemônica e LGBT

João Filipe Cruz, graduando do terceiro ano de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo

Carolina Mendes Soares, graduanda do quarto ano de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo

Mariana dos Santos Faciulli, graduanda do terceiro ano de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo

Resumo

Nessa pesquisa analisamos como são apresentadas notícias referentes a casos de violência (física e simbólica) contra LGBTs. Acreditamos que entender como a mídia trata esses casos é de extrema importância, tendo em vista o aumento progressivo de casos noticiados e a relevância da mídia na constituição de uma opinião pública que tenha por alicerce o respeito à diversidade. Tivemos, portanto, como objetivo, perceber as diferenças entre os tratamentos dados aos casos de violência homofóbica nas mídias hegemônica e LGBT, que consideramos estar relacionadas às demandas e ao ativismo político específicos destes e às maiores flexibilidade e permissividade proporcionadas por um espaço próprio, que forneceria oportunidades ímpares de comunicabilidade entre indivíduos LGBT. Utilizamos como método de pesquisa a análise documental e como instrumentos as notícias de violência homofóbica veiculadas pelas mídias hegemônica e LGBT, no ano de 2012. Utilizamos sites de notícias em nossas análises, porque é na internet que achamos um número maior de publicações voltadas ao público LGBT. Primeiramente, foi realizado um levantamento quantitativo dos casos noticiados, cujo conteúdo encaixava-se, segundo nossa operacionalização, entre agressões homofóbicas. Uma segunda parte da pesquisa, em andamento, conta com a seleção dos casos mais representativos entre os computados e posterior estudo qualitativo de seu teor, também por meio da análise de conteúdo, visando obter indicações expressivas do posicionamento, possivelmente divergente, assumido pelos sites.

Palavras-chave: Mídia, violência, homofobia.

Considerações introdutórias e breve exposição dos conceitos utilizados

A presente pesquisa faz parte de um projeto mais amplo, cujo objetivo principal é estudar temas relativos a “Direitos Humanos e Marcadores Sociais da Diferença”. Sob esta perspectiva, analisamos como são apresentadas notícias referentes a casos de violência homofóbica, de cunho físico e simbólico, veiculadas em sites por nós conceituados como hegemônicos e não-hegemônicos.

Utilizamos a definição de Raymond Williams (1979) do conceito de hegemonia de Gramsci, entendendo que este não é estático, mas processual, e que abarca a totalidade das relações de reconhecimento e criação de significados e valores, do senso de realidade. Assim, no processo hegemônico, estão compreendidas como processuais as formações desse senso de realidade a partir das desigualdades, opressões e diferenças sociais, assim como das lutas contra essas desigualdades. As relações, assim, entre a hegemonia e as produções contra-hegemônicas ou com as alternativas são mais complexas do que de exclusão, mas de interação entre o que é produzido e, em alguma medida, de apropriação. Essas “formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos da sociedade” (1979: 116).

No mesmo sentido, compreendemos a hegemonia como uma complexa formação que se dá cotidiana e materialmente, nas explorações, desigualdades e opressões, e é em si mesma a produção e reprodução dos sentidos de realidade que preenchem as situações sociais - ou seja, não se dá apenas como ideologia, como um interesse projetado de uma classe, nem é apenas superestrutural. Como de importância vital para a formação dos significados e dos códigos através dos quais os sujeitos apreenderão a realidade e a produzirão, as atividades culturais não são, portanto, mero reflexo do domínio de uma classe, mas são em si um lugar onde se viverá essas relações de pressões e resistências no plano estrutural.

Vemos, então, a importância em compreender e analisar como esses códigos são produzidos e veiculados, em descobrir quem e como se fala dos que são distanciados do centro hegemônico, tanto em espaços de produção hegemônica como de não-hegemônica, e entendemos que a mídia é em nosso tempo o lugar por excelência onde (mas não o único) essas produções se dão. Assim, fizemos uma diferenciação entre os veículos que analisamos, tomando como base a hegemonia heterossexual e, a partir daí, classificando os veículos que fugiam à norma da heterossexualidade e se afirmavam como LGBTs.

Igualmente, a temática da violência assume posição proeminente no contexto das lutas LGBT, uma vez que, como afirmam Carrara e Ramos (2006: 186), agiu

estruturalmente sobre a constituição de matrizes de identidades coletivas no Brasil. Pensando especificamente o caso da violência homofóbica, os autores dirão que “desde os anos 1980, a violência contra homossexuais tem representado um tema central para o ativismo e, progressivamente, também para governos e para a mídia” (Idem); as violências de gênero, racismo e homofobia, por eles denominadas “violências específicas”, serviram como base fundamental para que reivindicações posteriores, de configuração mais complexa e não tão explicitamente vinculadas a agressões, pudessem se constituir de forma legítima. A fim de demarcar, como necessidade imediata, o tipo de violência com que se relacionava de forma específica, o movimento homossexual difundiu a expressão homofobia.

Atualmente, devido à diversificação e multiplicação das pautas e demandas do movimento, exprimir de maneira mais adequada a complexidade dos fenômenos aqui considerados demandaria a utilização dos termos gayfobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e travestifobia. No entanto, optamos, assim como Borillo (2010), por utilizar apenas o termo homofobia, que, por razões práticas e de economia de linguagem, será considerado aqui para o conjunto dessas situações. A respeito da conceituação de homofobia, escreve Borillo:

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção [...] que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai conseqüências políticas (BORILLO, 2010: 34).

Abordando questões acerca da violência de gênero, Saffioti (2011) chama atenção para os limites tênues existentes entre a quebra de integridade e a obrigação de suportar o destino de gênero correspondente às mulheres (a própria existência dessa tenuidade, de acordo com Saffioti, seria, já em si, uma violência). Assim, embora a ameaça de agressões masculinas se traduza em um inquestionável mecanismo social de dominação, a interpretação que dela se faz e o seu reconhecimento orientam-se por lógicas e subjetividades, em alguma medida, individuais. Tendo isso em vista, é possível estabelecer um paralelo entre os obstáculos postos ao reconhecimento das ações violentas contra mulheres e a situação dos grupos LGBT.

Escola e Família são instituições cuja influência é determinante para os processos de socialização e aprendizado dos indivíduos (NOGUEIRA, 2005). Ao

mesmo tempo, como indicam dados de pesquisas quantitativas¹, são instituições que “se revezam como o primeiro e o segundo pior espaço de discriminação homofóbica” (PRADO; JUNQUEIRA, 2010: 59). Ambas instituições não apenas refletem, mas atuam como produtoras e reprodutoras da heterossexualidade compulsória e, portanto, consentem, cultivam e promovem a homofobia, que se dá das mais variadas formas. Assim, os sujeitos também se constituem a partir de violações simbólicas e físicas. Desde cedo podemos verificar uma

“[...] pedagogia da sexualidade (Louro, 1999) que se traduz, entre outras coisas, em uma ‘pedagogia do insulto’ por meio de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes etc.” (p.54)

Padrões sexistas, baseados em normas de gênero, permeiam as experiências e determinam a dinâmica familiar e escolar, como ilustrado pelos depoimentos a seguir:

“A mãe ensina muita coisa para a filha, mas ninguém nos ensina como ser lésbica. Se eu nem sei o que sou, como vou ser aquilo que ninguém me ensinou? (...) A primeira referência de um homossexual é um outro homossexual. (...) A falta de referência, de modelo, gera um vazio...” (jovem lésbica, p.11, grifos nossos).

“Quando eu estava na 4_série, eu quase apanhei na escola, [...] começaram a falar que eu era viadinho e que não era pra eu entrar na sala de aula [...] E até a professora falava pra eu sair, pra eu não apanhar.” (jovem gay, p.43, grifos nossos).²

Fica evidente que a pedagogia do insulto faz com que os custos da revelação da homossexualidade sejam altos. Dessa forma, instaura-se o que Junqueira e Prado chamarão de pedagogia do armário. Ou seja, para muitos indivíduos experiências de silêncio, segredo e ocultamento regulam a vida social servindo, por vezes, como forma de defesa contra insultos, humilhações e agressões.

“[...] preconceito eu não deixo nem chegar perto de mim. Eu faço um bloqueio e finjo que sou hétero” (jovem gay, p.47, grifos nossos).

Ao pensarmos a homofobia com base na humilhação, podemos dizer que ela garantiria não só a exclusão social, mas a confirmaria. Éribon (apud. BORILLO, 2010: 25) dirá que

“(...) as expressões ‘veado nojento’ (‘sapatão sem vergonha’) estão longe de ser simples palavras lançadas ao vento, mas agressões verbais que deixam marcas na consciência, traumas que se inscrevem na memória e no corpo (de fato, a timidez, o constrangimento e a vergonha são atitudes corporais resultantes da hostilidade do mundo exterior). E uma das conseqüências da injúria consiste em modelar a relação

¹ Dados referentes à pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2010 e presente no livro “*Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*”, 2011, organizado por Gustavo Venturi e Vilma Bokany.

² Todos os depoimentos foram retirados do livro de transcrições (2011) de reuniões do Projeto Purpurina, de iniciativa do GPH (Grupo de Pais e Mães de Homossexuais), organizado por Edith Modesto.

com os outros e com o mundo; portanto, em modelar a personalidade, a subjetividade e o próprio ser de um indivíduo.”

Isto posto, acreditamos que, também no caso de violências sofridas por LGBTs, está presente o limite tênue entre o que representaria a quebra de integridade e aquilo que deve ser aceito porque julgado como um "destino" inevitável, sob as diferentes perspectivas dos indivíduos afetados. Assim, em decorrência das dificuldades de instrumentalização do conceito de violência como “ruptura de integridades”, uma vez que “a avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade”, optamos, como sugere Saffioti, por entender como violência todas as situações em que se caracterizam violações aos Direitos Humanos, socialmente legítimos e reconhecidos.³

Métodos e procedimentos

O cerne do trabalho encontra-se na análise de conteúdo de notícias de violência homofóbica difundidas pelos veículos hegemônicos e não-hegemônicos de mídia eletrônica, localizadas espacialmente no estado de São Paulo e, temporalmente, no ano de 2012. Embora a televisão ainda seja o meio de comunicação de massa com maior grau de difusão no Brasil, utilizamos sites de notícias em nossas análises; isto porque é na internet que achamos um número maior de publicações voltadas ao público LGBT – dada uma estrutura de rede que possibilita o acesso e a difusão de informação de maneira não centralizada, contrapondo-se à natureza dos processos de concessão pública dos meios de radiodifusão, e à grande dificuldade financeira em manter publicações impressas. Assim, como demonstra Péret (2010) e Castells (2003), é possível notar uma apropriação do espaço virtual por parte de ONGs, movimentos sociais e grupos ativistas LGBT.

As publicações voltadas ao público LGBT que pesquisamos foram Athos GLS e Mix Brasil e Athos GLS; também Dykerama e Parada Lésbica, que são sites voltados especificamente para lésbicas – estes três últimos não farão parte da presente análise, por não responder aos critérios metodológicos exigidos. A fim de evitar comparações distorcidas (que poderiam resultar da análise de diferentes meios), também pesquisamos portais virtuais dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, que são os jornais de maior tiragem, em suas versões impressas, de acordo com o Índice de Verificação de

³ Os direitos humanos utilizados foram retirados da Carta de Princípios de Yogyakarta, 2006.

Circulação (IVC); além de, de acordo com o medidor de audiência de sítios online Alexa (<http://www.alexa.com/siteinfo>), serem, respectivamente os sites de número 53 e 20 no ranking de acessos brasileiro.

O trabalho aqui apresentado refere-se a uma análise comparativa entre dados quantitativos levantados nos sites Mix Brasil e Athos GLS - agrupados na categoria de não hegemônicos - e aqueles referentes aos sites do Estado de São Paulo e Folha de São Paulo - considerados como hegemônicos. Primeiramente, foi realizado, em cada um dos sites citados, um levantamento das notícias que - de acordo com o conceito de violência homofóbica por nós operacionalizado e tendo como referência para este os direitos dos Princípios de Yogyakarta (2006) - relatavam agressões de cunho homofóbico; foram utilizados 27 termos de busca (4 deles específicos para os sites não-hegemônicos), relacionados ao caráter das agressões e ao seu contexto, tais como “lesbofobia”, “homossexualidade”, “crime”, “travesti”.

Os casos computados⁴ (397, somando todos os veículos) foram, então, agrupados sob as múltiplas categorias das variáveis a) *identidade da(s) vítima(s)*: lésbicas, gays (homens), transgêneros, não LGBTs e movimento LGBT⁵; b) *via de agressão*: instituição, organização, indivíduos⁶; c) *tipo de violência*: violências simbólicas, subdivididas em atitude/mobilização hostil, constrangimento ativo, agressão verbal, censura, violência de direitos, violência legal, omissão/negligência e ameaça/perseguição; e violências físicas, subdivididas em privação de liberdade, violência sexual, violência física que resultou em morte e violência física que não resultou em morte (conferir tabela 1).

Ressaltamos que as divisões internas em (c) violências física e simbólica e (a) em relação a indivíduos e movimento LGBT têm apenas função analítica, dado que as violências físicas cometidas não deixam de carregar um caráter repressor simbólico e, mesmo quando direcionadas a pessoas específicas, afetam o movimento LGBT como um todo. Levando em consideração essas superposições entre violências física e simbólica e entre movimento LGBT e indivíduos afetados, utilizamos tais categorias a

⁴ Ressaltamos que o número de casos encontrados em cada veículo não equivalem, necessariamente, ao número de notícias computadas, tendo em vista episódios em que há, por veículo, mais de uma notícia para o mesmo caso e/ou desdobramentos e acompanhamentos a ele referentes; estes, embora considerados na seleção inicial, não foram contabilizados na constituição do banco de dados (alguns deles serão posteriormente utilizados em análise qualitativa).

⁵ Em “lésbicas” enquadrámos os poucos casos (cerca de dois ou três) relativos a bissexuais, sendo todas estas mulheres; “Transgêneros” agrega as categorias prévias “transexuais” e “travestis”; Em “não LGBTs”, agrupamos os casos de indivíduos violentados ao serem confundidos com o grupo, somados àqueles que se mobilizaram politicamente contra a homofobia e, por isso, sofreram represálias. Todos os agrupamentos foram realizados a fim de tornar os contrastes entre os dados mais palatáveis sem, contudo, comprometer a fidelidade da representação e a diversidade de identidades.

⁶ A categoria “instituição” contempla atitudes referentes a entidades de caráter público e/ou estatal, ou concernentes a órgãos a elas vinculados; “Organização” diz respeito a estabelecimentos ou agrupamentos socialmente legitimados como tais, encontrando-se além de um aglomerado de indivíduos.

fim de responder a necessidades práticas da análise. Da mesma forma, para (a) foram subcategorizados como casos de violência contra o movimento LGBT apenas aqueles que não se materializaram em indivíduos específicos ou tiveram alguma personagem específica como protagonista.

Análise e resultados

A contagem geral dos casos nos veículos analisados levou, primeiramente, à percepção de que os não-hegemônicos contêm mais do que o dobro de casos observados nos hegemônicos, totalizando 140 casos no Mix Brasil e 130 no Athos GLS, em comparação com 69 na Folha de São Paulo e 58 no Estado de São Paulo.

Ao analisarmos os dados considerando tipo de violência (física e simbólica) por tipo de fonte (hegemônica e não-hegemônica), percebemos que tanto veículos hegemônicos como não-hegemônicos noticiaram mais casos de violência simbólica (conferir tabela 2). Não obstante, as mídias não-hegemônicas noticiaram proporcionalmente uma porcentagem maior de casos em relação aos veículos hegemônicos, com uma diferença percentual de 14 pontos. Logo, os veículos hegemônicos noticiam mais casos de violência física que, devido a seu caráter explícito que acarreta mais facilmente interpretações socialmente compartilhadas, é indubitavelmente considerada como “quebra de integridade” e facilmente detectável como tal pela população em geral.

Acreditamos que é possível inferir que isso se deve, simultaneamente, não só à postura frequentemente sensacionalista⁷ dos veículos hegemônicos, mas à maior preocupação política dos veículos LGBT. Nota-se tendência semelhante ao analisarmos outras tabelas: os dados relativos às subcategorias dos tipos de violência, por fonte e segundo a identidade da vítima (conferir tabela 4), indicam que nos veículos não-hegemônicos aparecem, proporcionalmente, mais casos de violência física contra gays e lésbicas; nos hegemônicos nota-se, diferentemente, uma maior representação de casos de violência contra indivíduos não LGBT, transexuais e travestis, sobretudo física, no que se refere aos dois últimos segmentos. Poder-se-ia pensar que os veículos hegemônicos estão apenas noticiando mais casos de agressões homofóbicas, contudo, parece-nos significar que eles estão noticiando, antes, *certo tipo* de agressão homofóbica: ou seja, ao retratar casos de agressão física contra transgêneros, os veículos hegemônicos analisados neste período dispõem de

⁷ Conferir SINGER, Ben. “Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular”. in: CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa (orgs). O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo, COSACNAIFY, 010, 2a ed.

um espaço, tanto em proporção quanto em números absolutos, maior do que aqueles direcionados a este tipo de agressão pelos veículos LGBT, além expor casos deste tipo que estavam ausentes nesses últimos; cremos que isto, novamente, tenha relação com a uma postura por vezes sensacionalista destes meios e não, como poderia se supor, a uma maior preocupação dos mesmos, visto que noticiam, em números absolutos, menos casos de agressão homofóbica (o tema poderá ser melhor estudado em posterior análise qualitativa destes casos).

Ao considerarmos a identidade da vítima por fonte (conferir tabela 3), vemos que, comparativamente, são noticiados mais casos de violações referentes ao movimento LGBT (que em geral são simbólicas), nos veículos não-hegemônicos. Na mesma chave dos dados já apresentados, podemos entender, também aqui, como mais representativo de uma atitude política, a tendência a dar relevo a casos que não estão propriamente vinculados a personagens específicos ou seguem uma linha individual. A segunda identidade mais presente nas notificações foi a de homens gays, que mantém porcentagens praticamente iguais nas hegemônicas e nas não-hegemônicas. Esse dado poderia sugerir que homens gays sofrem mais agressões, comparativamente às outras identidades, e/ou que têm preeminência dentre estas no que se refere à notificação de casos. Todavia, não é possível sustentar nenhuma dessas afirmações, uma vez que não se tem os dados sobre a dimensão da população LGBT.

Contabilizamos, também, quantos casos foram noticiados pelas respostas dadas a eles, ou seja, casos que foram retratados a partir das reações à violência homofóbica. Dividimos a contagem geral em respostas do movimento LGBT e respostas de outras organizações ou instituições. Dessa contagem, obtivemos o seguinte resultado: No Athos GLS, houve 30 casos veiculados por respostas, e dessas, 6 foram do movimento LGBT; no Mix Brasil, o total foi de 20 casos, sendo 8 respostas do movimento; já na Folha de São Paulo e no Estadão, obtivemos, respectivamente, 16 e 13 casos, com apenas três e duas dessas respostas dadas pelo movimento. A partir daí, podemos pensar em como os números discrepantes entre hegemônicos e não-hegemônicos apontam para um interessante quadro da publicização nestes veículos não apenas da notícia em si, do caso de maneira descritiva, mas das próprias visões e ações do movimento e de ativistas LGBT diante de uma violência homofóbica. Isso entraria nos tipos de práticas citadas por Ramos e Carrara (2006, p. 198-9) como estratégicas para o enfrentamento desse tipo de violência, como “divulgação de casos ‘exemplares’ bem-sucedidos na imprensa”, e, acrescentamos, para seu próprio público, nos seus próprios veículos de divulgação. Dessa forma, para disputar as representações “concorrentes” na mídia (e em outros

espaços) - que visibilizam a homofobia como experiência constitutiva da homossexualidade (Ibidem, p. 199) -, a veiculação não apenas da violência, mas da própria resposta a ela, já é uma representação com enfoque político, no sentido de transmitir possibilidades para além da vitimização e disseminar as ações do próprio movimento.

Considerações finais

O gueto é um lugar (...) onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos (...). Por isso é da maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais tarde, acaba afetando outras áreas da sociedade (MacRae, 1983, p. 56-7).

Estabelecendo um paralelo com a noção de gueto, desenvolvida por Edward MacRae, e considerando a importância do papel que a “contra-violência” assumiu na constituição histórica do movimento LGBT, podemos pensar os espaços virtuais LGBT também “como local de refúgio e como foco gerador de novos padrões e atitudes” (2005: 304), consolidando-se como pontos de resistência concentrados em visibilizar outras formas de opressão, menos reconhecíveis, e suas respectivas possibilidades de resistência - assim como demonstram as principais interpretações dos dados levantados. Ao fazê-lo, ampliam-se as noções de violência homofóbica para além das já estabelecidas, servindo à constituição das identidades e agenda do movimento, legitimando-as amplamente e pautando novas dinâmicas entre os segmentos sociais.

Assim, da mesma forma que as pedagogias do insulto e do armário atuam na construção e manutenção de identidades fundamentadas pela violência, os veículos LGBT, entendidos por nós como uma espécie de “guetos virtuais”, atuam na constituição de formas de individualidade pautadas pela resistência.

(TABELA 1)

		Fonte		Total	
		Não hegemônicos	Hegemônicos		
Tipos de violência	Atitude / mobilização hostil	absol	85	31	116
		percentual	32%	24%	29%
	Constrangimento 'ativo'	absol	6	2	8
		percentual	2%	2%	2%
	Verbalização hostil / Agressão verbal / Injúria	absol	59	24	83
		percentual	22%	19%	21%
	Censura	absol	15	4	19
		percentual	6%	3%	5%
	Negação de direitos	Count	31	18	49
		percentual	12%	14%	12%
	Violência legislativa	absol	7	1	8
		percentual	3%	1%	2%
	Omissão / Negligência	absol	4	4	8
		percentual	1%	3%	2%
	Ameaça / Perseguição	absol	19	6	25
		percentual	7%	5%	6%
	Privação de liberdade	absol	5	4	9
		percentual	2%	3%	2%

Violença sexual	absol	3	0	3
	percentual	1%	0%	1%
Violença seguida de morte	absol	33	21	54
	percentual	12%	16%	14%
Violença física sem morte	absol	33	24	57
	percentual	12%	19%	14%
Total	absol	269	128	397

(TABELA 2)

Tipo de violência (Simbólica e Física) por Fonte					
Tipos de violência			Fonte		Total
			Não Hegemônicos	Hegemônicos	
Simbólica	absoluto		226	90	316
		percentual	84%	70%	80%
	Física	absoluto	74	49	123
		percentual	28%	38%	31%
Total	absoluto	269	128	397	

(TABELA 3)

Identidade da vítima por Fonte					
Identidade da Vítima			Fonte		Total
			Não Hegemônicos	Hegemônicos	
Gay			29%	31%	30%
	Lésbica*		7%	5%	7%
	Transgêneros		6%	13%	8%
	Não LGBT**		3%	7%	5%
	Movimento LGBT		54%	44%	51%
Total			100%	100%	100%

Sig=0,61

(TABELA 4)

Identidade da vítima segundo Tipos de violência por Fonte						
Tipos de violência			Fonte		Total	
Simbólica	Identidade e da vítima	Gay		Não Hegemônicos	Hegemônicos	
				absoluto	46	18
			percentual	20%	20%	20%
		Lésbica*	absoluto	10	6	16

			percentua 	4%	7%	5%	
		Transgêneros	absoluto	12	6	18	
			percentua 	5%	7%	6%	
		Não LGBT**	absoluto	10	6	16	
			percentua 	4%	7%	5%	
		Movimento LGBT	absoluto	148	54	202	
			percentua 	65%	60%	64%	
	Total		absoluto	226	90	316	
Física	Identidad e da vítima	Gay	absoluto	44	23	67	
			percentua 	59%	47%	54%	
		Lésbica*	absoluto	13	4	17	
			percentua 	18%	8%	14%	
		Transgêneros	absoluto	7	11	18	
			percentua 	9%	22%	15%	
		Não LGBT**	absoluto	2	5	7	
			percentua 	3%	10%	6%	
		Movimento LGBT	absoluto	8	6	14	
			percentua 	11%	12%	11%	
		Total		absoluto	74	49	123

Referências Bibliográficas

Associação Nacional de Jornais, <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil> - acessado em 01 de maio de 2013.

BORILLO, Daniel. *Homofobia: História e Crítica de um Preconceito*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010. 1ª edição.

CARRARA, S.; RAMOS, S. “A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação ente ativismo e academia na elaboração de políticas públicas”. *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):185-205, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003. 1ª edição.

MacRae, Edward. “*Em Defesa do Gueto*”. In: GRENN, James e TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e Outros Escritos*. São Paulo, Editora UNESP, 2005. 1ª edição.

MODESTO, Edith (Org.). *Projeto Purpurina: Juventude LGBT*. São Paulo, 2011.

NOGUEIRA, Maria Alice. *A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas*. *Análise social*, 15, 2005.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: Entre a militância e o consumo*. São Paulo, PubliFolha, 2011. 1ª edição.

Princípios de Yogyakarta, http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf acessado em 20 de julho de 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, 2ª reimpressão.

VENTURI, G. (Org.) ; BOKANY, V. (Org.) . *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. v. 1. 252p .